

CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES**Aviso n.º 6931/2008**

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho datado de hoje, no uso de competências delegadas e na sequência da abertura de procedimento para recrutamento para o cargo de direcção intermédia de 2.º grau, para provimento de um lugar de chefe da Divisão de Contabilidade e Tesouraria, publicitado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 8, de 11 de Janeiro de 2008, na bolsa de emprego público, em 14 de Janeiro de 2008 e no jornal *Diário de Notícias* de 12 de Janeiro de 2008, de acordo com o disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º da lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, ambas adaptadas à administração local, respectivamente, pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, e pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, depois de terminado o procedimento concursal, com base na proposta de nomeação elaborada pelo júri do concurso, nos termos do n.º 5 do artigo 21.º do diploma acima referido, a escolha recaiu na candidata Marisa Manuela Freitas Neto, dado que a mesma reúne os requisitos legais e perfil adequado para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço.

Assim:

Nos termos do n.ºs 8, 9 do artigo 21.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio a licenciada Marisa Manuela Freitas Neto, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, a partir de 25 de Fevereiro de 2008 e por urgente conveniência de serviço, no cargo de chefe da Divisão de Contabilidade e Tesouraria.

Nota curricular

Nome — Marisa Manuela Freitas Neto.

Habilitações académicas — licenciatura em Contabilidade e Finanças Públicas concluída em 2001.

Experiência profissional:

De 15 de Dezembro 2000 a 14 de Dezembro 2001 — estágio profissional na Divisão Financeira da Câmara Municipal de Guimarães;

Em 20 de Dezembro de 2001 — celebrou contrato de trabalho a termo certo como estagiária da carreira técnica superior de contabilidade finanças públicas;

Em 10 de Março de 2003 — contratada, em regime de contrato administrativo de provimento, como estagiária da carreira técnica superior;

Em 24 de Março de 2004 — nomeada técnica superior de 2.ª classe;

Em 1 de Março de 2007 — designada coordenadora da Divisão de Contabilidade e Tesouraria da Câmara Municipal de Guimarães;

Em 11 de Junho de 2007 — nomeada técnica superior de 1.ª classe;

Em 31 de Agosto de 2007 — reclassificada em técnica superior de contabilidade de 1.ª classe.

Formação profissional — participou em 39 acções de formação relacionadas com área funcional para a qual é nomeada.

25 de Fevereiro de 2008. — O Vereador de Pessoal, *Domingos Bragança*.

2611094188

Aviso n.º 6932/2008**Reclassificação**

Para os devidos efeitos, se torna público que, por meu despacho datado de 25 de Fevereiro de 2008, no uso de competências delegadas, ao abrigo do n.º 2 do artigo 69º da lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e artigo 3º do Decreto — lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, foi reclassificado, em comissão de serviço extraordinária, pelo período de seis meses, conforme alínea b) do n.º 1, do artigo 5º do Decreto — lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, conjugado com o artigo 10º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março, o Técnico de Informática — Grau 1, nível 1, Nuno Ricardo Pereira Silva, para a categoria de Especialista de Informática, grau 1, nível 2.

O reclassificado é remunerado pelo escalão 3, índice 370, da categoria de Técnico de Informática de grau 1, nível 1 e passará a ser remunerado pelo escalão 1, índice 480, da nova categoria, conforme o mapa anexo do Decreto — lei n.º 97/2001, de 26 de Março e tomará posse no prazo de 20 dias a contar da data publicação do presente aviso.

O processo está isento de visto do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 114º da lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.

25 de Fevereiro de 2008. — O Vereador de Pessoal, *Domingos Bragança*.

2611094285

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**Aviso n.º 6933/2008**

Para os devidos efeitos e nos termos do disposto no n.º 2, do artigo 7º do Estatuto Disciplinar, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro, dá-se conhecimento que, por despacho de 30-10-2007, do Sr. Vereador da Área dos Recursos Humanos, no uso da delegação de competências, constante do Despacho n.º 474/P/2007, de 20-08-2007 e publicado no Boletim Municipal n.º 705, de 23-08-2007, foi aplicada a pena de demissão, ao jardineiro principal — Manuel Bento Roque, ficando desligado do serviço a partir de 15-01-2008.

Para os devidos efeitos e nos termos do disposto no n.º 2, do artigo 7º do Estatuto Disciplinar, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro, dá-se conhecimento que, por despacho de 22-10-2007, do Sr. Vereador da Área dos Recursos Humanos, no uso da delegação de competências, constante do Despacho n.º 474/P/2007, de 20-08-2007 e publicado no Boletim Municipal n.º 705, de 23-08-2007, foi aplicada a pena de demissão, ao coveiro — Carlos António Cunha Rates, ficando desligado do serviço a partir de 15-01-2008.

Para os devidos efeitos e nos termos do disposto no n.º 2, do artigo 7º do Estatuto Disciplinar, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro, dá-se conhecimento que, por despacho de 25-10-2007, do Sr. Vereador da Área dos Recursos Humanos, no uso da delegação de competências, constante do Despacho n.º 474/P/2007, de 20-08-2007 e publicado no Boletim Municipal n.º 705, de 23-08-2007, foi aplicada a pena de demissão, ao cantoneiro de limpeza — Jacinto Antunes Ganhão, ficando desligado do serviço a partir de 23-01-2008.

6 de Fevereiro de 2008. — O Director Municipal, *Luís Centeno Fragoso*.

Aviso n.º 6934/2008

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 59º do Decreto-Lei n.º 24/84 de 16 de Janeiro, que aprova o Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local, fica notificado o Técnico de Turismo Principal, Mário Jorge Grilo Santos Leal, com última morada conhecida na Rua João de Barros, n.º 239, 2775-208 Parede, de que contra si correm seus termos uns autos de processo disciplinar ao qual foi atribuído o n.º 18/2007PDI.

De acordo com a mesma disposição legal é-lhe fixado o prazo de 30 dias, contados da data da publicação deste aviso, para contestar, querendo, a acusação que lhe foi deduzida e se encontra à sua inteira disposição durante o referido prazo, podendo consultar o processo, nas horas normais de expediente, no Departamento de Higiene Urbana e Resíduos Sólidos, no Núcleo de Apoio Jurídico, sito na Rua da Boavista n.º 9-1º.

26 de Fevereiro de 2008. — A Instrutora, *Odília Caetano*.

2611094111

CÂMARA MUNICIPAL DE MADALENA**Aviso n.º 6935/2008**

Em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 27.º, conjugado com o artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, torna-se público que se encontra aberto um período de discussão pública, referente à alteração requerida por Eva Maria Garcia Goulart e Jeni Carla Valim Simas, ao Loteamento n.º 09/91, titulado pelo Alvará de Loteamento n.º 02/92, em nome de Jaime da Costa e Victor Manuel Cardoso Pereira, datado de 17 de Março de 1992, sito na Rua Dr. Manuel de Arriaga, freguesia de Madalena, aprovado por deliberação de 4 de Dezembro de 1991, cujo processo se encontra disponível na Divisão de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos desta Câmara Municipal, todos os dias úteis, das 8,30 às 12,30 e das 13,30 às 16,30 horas.

As observações, sugestões ou reclamações à referida alteração por parte dos particulares deverão ser formuladas por escrito, dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal e dentro do prazo da discussão pública, que é de 15 dias após publicação deste aviso no *Diário da República*.

A alteração consiste no aumento do índice de implantação dos lotes n.º 4 e 8, do valor de 25% aprovado, para o valor permitido pelo PDM em vigor.

30 de Janeiro de 2008. — O Vice-Presidente da Câmara e Vereador com Competências Delegadas, *José António Marcos Soares*.

2611094072